

A POLÍTICA REGIONAL COMUNITÁRIA: O CASO DO DISTRITO DE BRAGANÇA

Ermelinda Oliveira – minda.ipg@clix.pt
Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50, ESTG
6300-559 Guarda

J. Cadima Ribeiro – jcadima@eeg.uminho.pt
Escola de Economia e Gestão
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710 – 057 Braga

Junho de 2003

Resumo:

Apesar do crescimento económico que Portugal conheceu nos últimos anos, por força da integração na Comunidade Europeia, é amplamente reconhecido que os benefícios do desenvolvimento não se têm repartido de forma equitativa por todo o território nacional. A União Europeia tem manifestado preocupação relativamente às assimetrias de desenvolvimento regional, disponibilizando fundos específicos para a desejada e necessária convergência.

Na presente comunicação, propomo-nos reflectir sobre a situação de desenvolvimento do Distrito de Bragança, tomando como ponto de partida a percepção da população residente no Distrito sobre a eficácia da aplicação dos fundos estruturais, oriundos dos QCA I e II. Para o efeito, apresentam-se os resultados obtidos através de um inquérito realizado à população residente nos doze concelhos do Distrito, aplicado a uma amostra dessa população.

Os resultados vão ao encontro do senso comum, que tende a ver o Distrito de Bragança como um “bom” exemplo das grandes diferenças de desenvolvimento existentes no território nacional.

Palavras Chave: Desenvolvimento Regional; QCA I; e II; Distrito de Bragança.

1. Introdução

Apesar do crescimento económico que Portugal conheceu nos últimos anos, por força da integração na Comunidade Europeia, é amplamente reconhecido que os benefícios do desenvolvimento não se têm repartido de forma equitativa por todo o território nacional. A “convicção de que os desequilíbrios regionais em Portugal, e em particular a clivagem entre o litoral e o interior, se têm vindo a acentuar nos últimos anos, parece ter-se instalado quase sem contestação na opinião pública portuguesa” (Ramos; 1999:784).

Embora largamente discutida a necessidade do desenvolvimento do interior “ (...) a questão não é fácil. E em parte por causa disso mesmo, de ser discutido um tema impregnado de discursos inflamados, de dogmas repetidos até se lhes ter perdido completamente o sentido (...)” (Domingues; 1997:69). Conhecer a realidade que actualmente se esconde por detrás da expressão «o interior», é sem duvida o objecto central de muitos trabalhos de investigação. Segundo Ferrão (1997: 87), “a diversidade de discursos que o invocam e a variedade de contextos em que o fazem dificultam qualquer tentativa de definição do que é o interior. No entanto, parece legítimo afirmar que a «interior» e a «interioridade» se associam basicamente três elementos: uma situação (subdesenvolvimento), uma causa principal (isolamento e dificuldades de acesso às áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral), uma consequência particularmente grave (a desertificação, considerada nas suas várias componentes)”.

Segundo a Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD), “uma cuidada análise permite verificar que na Região Norte, desagregando os principais indicadores de desenvolvimento entre Trás-os-Montes e o resto da região, identifica-se uma situação de desenvolvimento a duas velocidades” (Expresso; 2001:49). Por outro lado, e segundo a mesma associação, Trás-os-Montes e Alto Douro, no quadro do alargamento da União Europeia, com o deslocamento do centro de gravidade da política de coesão para o leste da Europa, poderá ser prejudicada com a sua saída do Objectivo 1, por via da subida artificial e fictícia dos principais indicadores de prosperidade e bem-estar, devido à sua integração numa região que apresenta importantes disparidades económicas, nomeadamente um litoral rico e um interior pobre.

Pretendendo inverter o destino, os responsáveis políticos da região unem-se como podem, reclamam a atenção do poder central, aproveitam a sua «quota» de subsídios da União Europeia, apelam a uma espécie de discriminação positiva a seu favor. Com efeito, tem de reinar grande insatisfação entre quantos vêm defendendo a necessidade de uma maior atenção, talvez até uma atenção diferente, em relação à dimensão espacial das políticas sócio-económicas.

A União Europeia tem manifestado algumas preocupações em relação às assimetrias de desenvolvimento dos países e regiões que a integram, disponibilizando fundos específicos para as regiões menos desenvolvidas. Os efeitos dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) não se limitam aos resultados dos instrumentos e medidas neles incluídos, repercutindo-se também, em termos qualitativos, nos comportamentos das pessoas singulares e colectivas. É para esta análise que esta comunicação se propõe contribuir.

2. Objectivos

O objectivo central deste trabalho consiste na análise da percepção da população residente no Distrito de Bragança sobre a eficácia da aplicação dos fundos estruturais, oriundos do I e II QCA, em termos de desenvolvimento do seu Distrito. Neste sentido, desenvolveu-se uma investigação empírica tomando como objecto a população residente neste Distrito. Como é do conhecimento comum, o Distrito de Bragança, situado no Nordeste do País, é muitas vezes referenciado como um «bom» exemplo das diferenças de desenvolvimento existentes em Portugal, entre um interior rural e um litoral citadino, mais desenvolvido.

A conjugação da análise documental com um estudo no terreno levou à especificação dos objectivos que serviram de fio condutor do processo de investigação que neste texto nos propomos divulgar. Dos objectivos traçados destacam-se os seguintes:

- avaliar o grau de conhecimento que a população inquirida mantinha dos objectivos (regionais) dos QCA implementados em Portugal;
- efectuar o levantamento dos principais problemas do Distrito, segundo a percepção das populações residentes:
 - antes da execução do I QCA; e

- existentes em 2001;
- avaliar, qualitativamente, os impactes da execução do I e II QCA:
 - quer ao nível dos doze concelhos,
 - quer ao nível do Distrito como um todo,
- verificar em que medida a aplicação dos fundos estruturais, provenientes do I e II QCA, contribuíram para:
 - o desenvolvimento do Distrito de Bragança;
 - a diminuição das diferenças de desenvolvimento existentes entre os doze concelhos;
 - a diminuição das diferenças de desenvolvimento entre o Distrito de Bragança e os restantes Distritos do País.

3. Metodologia

Com base no universo constituído pela população residente no Distrito de Bragança, através de um método não-probabilístico, determinou-se uma amostra. Dos procedimentos não probabilísticos mais vulgarmente utilizados (amostragem por conveniência e amostragem por quotas), optou-se pela amostragem por quota. Esta decisão justifica-se por ser aquela em que os danos à representatividade nas características de interesse são menos visíveis, na medida em se reduz a subjectividade, conveniência e interferência do investigador junto do inquirido e na selecção da amostra. Segundo Hill e Hill (2000: 50), “o método de amostragem por quotas é melhor do que o da amostragem simplesmente por conveniência, na medida em que, neste último, os casos escolhidos são os casos facilmente disponíveis”.

O preenchimento das quotas teve por referência os dados provisórios dos Censos 2001, realizado pelo INE, isto é, a população residente no Distrito, num total de 148.839 habitantes. Para além desta especificação, impôs-se uma outra que passou pela definição da população de interesse. Esta seria constituída pela população de cada concelho, com mais de catorze anos de idade. Esta especificação é importante na medida em que permite conhecer as percepções daqueles que, em princípio, já detêm sensibilidade, maturidade e capacidade de percepção. Assim, numa primeira fase, chegou-se a uma

amostra recomendada que ascendeu a 600 inquéritos, os quais foram distribuídos pelos doze concelhos segundo uma lógica de proporcionalidade (Quadro 1.1.).

Quadro 1.1. - Determinação da Dimensão da Amostra por Concelho

Concelhos	Censo 2001	Amostra recomendada		Amostra inquirida	
		Proporção (%)	Inquéritos	Proporção (%)	Inquéritos
Alfândega da Fé	5.924	4,0	24	4,5	30
Bragança	34.689	23,3	140	22,8	140
Carrazeda de Ansiães	7.635	5,1	31	5,1	31
Freixo Espada À Cinta	4.197	2,8	17	4,5	30
Macedo de Cavaleiros	17.432	11,7	70	11,2	70
Miranda do Douro	8.085	5,4	32	5,1	32
Mirandela	25.809	17,4	104	16,8	104
Mogadouro	11.282	7,6	45	7,2	45
Torre de Moncorvo	9.920	6,7	40	6,4	40
Vila Flor	7.904	5,3	32	5,1	32
Vimioso	5.330	3,6	22	4,5	30
Vinhais	10.632	7,2	43	6,7	43
Total	148.839	100,0	600	100,0	627

FONTE: Elaboração própria.

No Quadro 1.1. expressa-se a amostra inquirida, totalizando 627 inquéritos, tendo-se assim excedido as expectativas iniciais em 1,05%. Tal procedimento foi propositado, com o objectivo de se alcançar uma dimensão mínima de 30 inquéritos por concelho, de forma a que a distribuição da média amostral se possa aproximar à normal, permitindo trabalhar estatisticamente os dados parcelares (Reis e Moreira; 1999:152).

Face ao exposto, importa referir que este tipo de determinação da amostra, através de métodos não-probabilísticos, implica resultados que não poderão ser generalizados para a população total do Distrito. Desta forma, tudo aquilo que for referenciado deverá considerar-se no âmbito da amostra e não extrapolar-se para a população subjacente aos resultados, a não ser a título de sensibilidade evidenciada. No entanto, tal inconveniente não diminui a pertinência do estudo e dos seus resultados.

4. Análise dos dados

Após a recolha dos inquéritos, procedeu-se ao tratamento estatístico, utilizando para o efeito o programa SPSS, versão 10.0, para *Windows*. No conjunto das várias técnicas

estatísticas, existem as técnicas paramétricas e as técnicas não paramétricas. As primeiras são técnicas que lidam com parâmetros e pressupostos fortes, nomeadamente, pressupõem que os valores de uma variável tenham uma distribuição normal, bem como os valores em análise sejam dados quantitativos. Por outro lado, “as técnicas não paramétricas não lidam com parâmetros e não assumem que os valores de uma variável têm uma distribuição normal. Estas características permitem analisar variáveis com valores numa escala ordinal ou numa escala nominal” (Hill e Hill; 2000: 195). Desta forma, tendo-se utilizado dados nominais e ordinais e depois de termos concluído, pelo teste de Kolmogorow-Smirnov, que as variáveis não seguem uma distribuição normal, optou-se pelo uso de técnicas paramétricas.

Tendo em vista a análise dos dados, foi utilizada a seguinte metodologia:

- para a descrição da amostra, a estatística descritiva;
- para testar a normalidade das variáveis, o teste de Kolmogorow-Smirnov;
- para a análise bivariada, o teste do Qui-quadrado, tendo em vista a comparação das proporções, permitindo desta forma descrever a relação entre as variáveis;
- para a análise de associação e correlação entre as variáveis, recorreu-se aos coeficientes não paramétricos de Associação *Phi* e *V. De Cramer* e ao Coeficiente de Correlação de *Spearman*;
- por último, para melhor compreensão da validade estatística dos dados, recorreu-se aos testes não paramétricos Kruskal-Wallis.

5. Caracterização da Amostra

Antes de se empreender a análise dos efeitos da aplicação dos Quadros Comunitários de Apoio no Distrito, impõe-se proceder à apresentação da amostra dos indivíduos inquiridos. No que concerne ao sexo, a larga maioria das pessoas inquiridas pertence ao sexo masculino, isto é, dos 627 inquiridos, 61,6% são do sexo masculino e 38,4% do sexo feminino. Relativamente à idade, como já foi referido, a população de interesse é constituída pela população com mais de catorze anos de idade de cada concelho. Assim, o grupo etário mais representativo no sexo masculino foi o dos 35-44 anos e no sexo feminino o dos 25-34 anos, oferecendo-se como uma amostra pouco envelhecida, o que não acontece no universo (Quadro 1.2.). Por outro lado, a população mais idosa encontra-se representada com 4,8%. Face a esta análise, podemos concluir que, na amostra, uma parte substancial dos inquiridos são pessoas que, pela idade, se podem

classificar como maduras e, possivelmente, detentoras de sensibilidade e capacidade de percepção dos efeitos da aplicação dos fundos estruturais no desenvolvimento do seu Distrito e do seu concelho, de forma particular.

Quadro 1.2. – Distribuição da Idade por Sexo

Idade (anos)	Sexo		Total	
	Feminino	Masculino	N	%
15 a 24	53	50	103	16,4
25 a 34	65	90	155	24,7
35 a 44	61	113	174	27,8
45 a 54	32	78	110	17,5
55 a 64	20	35	55	8,8
≥ 65	10	20	30	4,8
Total	N	241	627	100,0
	%	38,4		

Ao nível de habilitações, constatou-se que cerca de 21% dos inquiridos detêm um curso médio ou superior, 63% o ensino secundário e apenas 16% o primeiro ciclo. Também aqui a amostra não reflecte a realidade do universo, caracterizado este pela predominância de níveis de escolaridade baixos. Salienta-se ainda que:

- a) apenas 1% dos inquiridos não possui qualquer nível de escolaridade, com a particularidade de estes terem mais de 65 anos;
- b) são os inquiridos mais novos aqueles que têm maiores níveis de escolaridade;
- c) uma visão desagregada por concelho permite observar que os inquiridos com níveis de habilitação mais elevados residem no concelho de Bragança, isto é, na capital de Distrito.

Em termos profissionais, são os inquiridos com emprego (68%) que dominam claramente a amostra. Contudo, os empresários têm pouca representatividade, facto que não se afasta do que se passa no universo. Em relação ao sector de actividade, verificamos a primazia do sector terciário (46%), seguido do primário (20%) e, por último, do secundário (2%).

No que concerne ao grau de conhecimento dos três Quadros Comunitários de Apoio implementados no país, sem grande surpresa, constatamos que a grande maioria tem um fraco conhecimento dos mesmos. Conforme se pode observar pelo Quadro 1.3., dos 627

inquiridos, 66,8%, 61,1% e 57,5%, respectivamente, têm pouco ou nenhum conhecimento dos diversos QCA em apreciação.

Quadro 1.3. – Distribuição do Grau de Conhecimento por Quadros Comunitários de Apoio

Grau de Conhecimento	QCA I		QCA II		QCA III	
	N	%	N	%	N	%
1- Nenhum	170	27,1	114	18,2	154	24,6
2- Pouco	249	39,7	269	42,9	206	32,9
3- Médio	156	24,9	174	27,8	200	31,9
4- Bastante	49	7,8	65	10,4	63	10,0
5- Muito	3	0,5	5	0,8	4	0,6
Total	627	100,0	627	100,0	627	100,0

Salienta-se ainda que:

- não existem diferenças significativas de conhecimento dos QCA quando se consideram os dados por concelho;
- a percentagem de indivíduos que tem pouco ou nenhum conhecimento dos Quadros diminui à medida que os QCA se tornam mais recentes;
- são os inquiridos com maior grau de escolaridade aqueles que têm um maior conhecimento dos QCA.

7- Incidência dos QCA I e QCA II no processo de desenvolvimento do Distrito de Bragança, na óptica da população

Um dos objectivos do estudo foi identificar os principais problemas existentes no Distrito de Bragança antes da execução dos QCA. Nesse sentido, solicitou-se aos inquiridos que identificassem aqueles que, na sua opinião, eram os cinco principais problemas que então existiam. Saliente-se que, quando confrontados com esta questão, todos os inquiridos responderam, demonstrando, assim, capacidade para avaliar a realidade na qual se encontravam inseridos.

Quadro 1.4. – Problemas e/ou Estrangulamentos Existentes no Distrito de Bragança antes do QCA I (1989)

Problemas	Sim	%
Falta de iniciativa pública	455	14,5
Falta de iniciativa privada	208	6,6
Subaproveitamento das potencialidades do Distrito	208	6,6
Fraco desenvolvimento da actividade económica	378	12,1
Desertificação do Distrito	397	12,7
Desemprego	262	8,4
Deficientes condições de acessibilidade e transporte	420	13,4
Carência de infra-estruturas básicas	235	7,5
Carência de equipamentos sociais e de formação	277	8,8
Problemas urbanísticos	38	1,2
Problemas ambientais	12	0,4
Baixo nível de qualificação profissional	142	4,5
Baixo nível de formação escolar	55	1,8
Baixo nível cultural	48	1,5
Total	3.135¹	100,0

De acordo com as respostas obtidas, antes da execução dos QCA, a falta de iniciativa pública foi identificada como o principal problema existente. Num *ranking* de cinco posições, identificaram-se como os principais problemas:

- 1ª - falta de iniciativa pública (14,5%);
- 2ª - deficientes condições de acessibilidades e transportes no Distrito (13,4%);
- 3ª - desertificação humana do Distrito (12,7%);
- 4ª - fraco desenvolvimento da actividade económica (12,1%);
- 5ª - carência de equipamentos sociais e de formação (8,8%).

Numa posição intermédia mas com uma importância relativa ainda expressiva, foram, ainda, identificados os seguintes problemas:

- desemprego (8,4%);
- carência de infra-estruturas básicas (7,5%);
- falta de iniciativa privada (6,6%);
- sub-aproveitamento das potencialidades que o Distrito oferece (6,6%);
- baixo nível de qualificação profissional dos seus residentes (4,5%).

¹ Conforme consta no quadro 1.4., a amostra composta por 627 inquiridos implicou identificar 5 respostas por inquirido, totalizando no final 3.135.

Por último, como problemas que se apresentavam com menor grau de importância foram identificados o baixo nível de formação escolar (1,8%), o baixo nível cultural (1,5%), os problemas urbanísticos (1,2%) e, finalmente, os problemas ambientais (0,4%).

A leitura que os inquiridos fizeram dos problemas existentes no Distrito de Bragança antes da execução do primeiro Quadro Comunitário de Apoio é, sem dúvida, condicionada pela própria cultura e vivência dos mesmos. Contudo, pelos resultados obtidos, conclui-se que, aquando da implementação do QCA I, o nível de satisfação do que é básico, nomeadamente, acessibilidades, equipamentos sociais e de formação, e infra-estruturas básicas, ainda não estava conseguido. Tal constatação justifica o facto de os problemas ambientais e os urbanísticos serem os menos sentidos por parte dos inquiridos. Por outro lado, daí ressalta, igualmente, que os estrangulamentos referidos têm não só uma expressão territorial mas também sectorial e que, para os inquiridos, os problemas referidos não são recentes e são percebidos como condicionantes do desenvolvimento local.

A avaliação do impacto sócio-económico e territorial dos instrumentos de desenvolvimento previstos nos Quadros Comunitários de Apoio é uma tarefa indispensável. Embora o primeiro Quadro Comunitário de Apoio respeite ao período 1989-1993, existiram determinadas acções e medidas cuja avaliação final só foi possível fazer depois de concluídas, isto é, quando já se encontrava em execução o segundo Quadro Comunitário de Apoio. Assim, e porque alguns dos efeitos do QCA I só foram visíveis a médio e longo prazo, foi solicitado aos inquiridos que identificassem, em simultâneo, um conjunto de impactos dos dois Quadros Comunitários de Apoio. A esse nível, importa ressaltar, desde logo, que uma grande percentagem de inquiridos não foi capaz de identificar os instrumentos disponíveis em cada um dos Planos de Desenvolvimento Regional. Contudo, quando questionados de forma directa sobre os benefícios que os mesmos trouxeram para o Distrito e para o seu concelho, nomeadamente em termos de investimentos efectuados com o apoio da União Europeia, embora se tenha verificado uma elevada percentagem de indivíduos que não conseguiu identificar quaisquer mudanças (quer estas tivessem um carácter positivo ou negativo), a capacidade de resposta aumentou.

Quadro 1. 5. – Distribuição do Impacto da Execução dos QCA I e QCA II no Distrito de Bragança

Impacto da Execução do QCA I e QCA II no Distrito		Negativo	Positivo	Nulo
Maior iniciativa pública	N	21	470	136
	%	3,3%	75,0%	21,7%
Maior iniciativa privada	N	21	309	297
	%	3,3%	49,3%	47,4%
Aproveitamento das potencialidades	N	25	162	440
	%	4,0%	25,8%	70,2%
Desenvolvimento das actividades económicas	N	25	204	398
	%	4,0%	32,5%	63,5%
Segregação regional e sectorial dos investimentos	N	37	87	503
	%	5,9%	13,9%	80,2%
Diversificação do tecido produtivo	N	52	132	443
	%	8,3%	21,1%	70,7%
Investimento em infra-estruturas de acessibilidades	N	16	548	63
	%	2,6%	87,4%	10,0%
Investimento em infra-estruturas básicas	N	18	496	113
	%	2,9%	79,1%	18,0%
Investimento em equipamentos sociais e de formação	N	28	344	255
	%	4,5%	54,9%	40,7%
Melhor nível urbanístico	N	24	376	227
	%	3,8%	60,0%	36,2%
Requalificação ambiental	N	23	142	462
	%	3,7%	22,6%	73,7%
Maior nível de emprego	N	28	170	429
	%	4,5%	27,1%	68,4%
Maior nível de qualificação profissional	N	16	208	403
	%	2,6%	33,2%	64,3%
Maior nível de formação escolar	N	21	397	209
	%	3,3%	63,3%	33,3%
Preservação e divulgação do património cultural	N	31	228	368
	%	4,9%	36,4%	58,7%

No que concerne à percepção dos inquiridos relativamente aos efeitos decorrentes dos Quadros Comunitários de Apoio no Distrito de Bragança, a leitura do Quadro 1.5. permite concluir que o número de referências nulas praticamente iguala a soma das referências positivas e negativas. Os benefícios mais perceptíveis para o Distrito foram a melhoria das acessibilidades (87%), os investimentos em infra-estruturas básicas (79%), uma maior iniciativa pública (75%), maior nível de formação escolar (63%), melhor nível urbanístico (60%), os investimentos em equipamentos sociais e de formação (55%), e por último, uma maior iniciativa privada (49%).

Apesar das consequências positivas se terem feito sentir em múltiplos domínios, existe a tendência para expressar uma opinião nem positiva nem negativa sobre o impacto dos

Quadros Comunitários no Distrito. Assim, mais de 50% dos inquiridos são de opinião que a execução dos dois Quadros Comunitários de Apoio não teve qualquer efeito no Distrito, principalmente ao nível de:

- segregação regional e sectorial dos investimentos (80%);
- requalificação ambiental (74%);
- diversificação do tecido produtivo (71%);
- aproveitamento das potencialidades do Distrito (70%);
- nível de emprego (68%);
- nível da qualificação profissional (64%);
- desenvolvimento das actividades económicas (64%);
- preservação e divulgação do património (59%).

Ainda nos termos das percepções recolhidas, onde o benefício foi menos perceptível foi mesmo na não diversificação do tecido produtivo.

O resultado da análise efectuada aos efeitos decorrentes dos Quadros Comunitários de Apoio que até aqui se comentou, teve como suporte a análise conjunta da percepção de todos os inquiridos, sendo estes distribuídos pelos doze concelhos do Distrito de Bragança. Querendo inferir se as percepções agrupadas por concelhos de residência são consistentes com o resultado final, efectuou-se o teste de *Kruskal – Wallis*. Na execução do teste, as hipóteses testadas foram as seguintes:

H₀: As distribuições dos efeitos (negativo, positivo ou nulo) no Distrito de Bragança, decorrentes dos Quadros Comunitários de Apoio são iguais em tendência central nos doze concelhos;

H₁: Existe pelo menos um concelho que difere em tendência central.

A execução do teste de *Kruskal – Wallis* levou-nos aos resultados apresentados no Quadro 1.6..

Quadro 1.6. – Distribuição do Teste de Kruskal – Wallis sobre o impacto a nível distrital da execução do QCA I e QCA II

Impacto Distrital Execução QCAI - QCA II	Teste	P	Conclusão
Maior iniciativa pública	58,396	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Maior iniciativa privada	62,375	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Aproveitamento potencialidades	62,037	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Desenvolvimento actividades económicas	40,640	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Segregação regional / sectorial investimentos	24,697	,010	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Diversificação tecido produtivo	33,970	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Inv. infra-estruturas de acessibilidades	55,399	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Inv. infra-estruturas básicas	20,901	,034	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Inv. equipamentos sociais e de formação	29,351	,002	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Melhor nível urbanístico	49,647	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Requalificação ambiental	38,841	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Maior nível de emprego	31,136	,001	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Maior nível de qualificação profissional	31,227	,001	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Maior nível de formação escolar	20,798	,036	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0
Preservação/divulgação património cultural	49,049	,000	$P < \alpha \Rightarrow$ rejeitar H_0

Com base no quadro anterior, conclui-se que, na avaliação efectuada pelos 627 inquiridos sobre os efeitos da execução dos Quadros Comunitários de Apoio relativamente ao Distrito, não existiu consenso entre os inquiridos. Contudo, em todos os concelhos, e para todos os domínios de análise, existem inquiridos de opinião que os impactos da execução dos Quadros Comunitários de Apoio foram de ordem positiva ou que não adveio qualquer efeito da execução dos mesmos. No que se refere ao impacto de carácter negativo, este apenas foi verificado por todos os concelhos no que concerne à ausência de diversificação do tecido produtivo do Distrito. Nos restantes domínios, apenas em cerca de 50% dos concelhos é que existem inquiridos que referenciaram impactes desta natureza.

Interessante é a perspectiva de mais de 72,5% dos inquiridos de cada concelho e 87,4% dos 627 inquiridos afirmarem que, por via dos Fundos Estruturais, se realizaram no Distrito de Bragança mais investimentos em acessibilidades. Idêntica opinião se constatou no que diz respeito aos investimentos em outras infra-estruturas básicas, pois mais de 70% dos inquiridos de cada concelho e 79,1% do total dos inquiridos afirma terem-se verificado efeitos nesse domínio. Apesar de ser ao nível das acessibilidades onde, segundo os inquiridos, maiores mudanças se fizeram sentir, mesmo assim, segundo alguns, ainda não se conseguiu atingir o patamar mínimo exigível. Segundo

Nunes, actual presidente da Câmara Municipal de Bragança, (*in Expresso*, 2001:87), “(...) o interior norte do País, zona esquecida ao longo de anos pelo poder central, sofrendo do efeito da fronteira, que lhe negou oportunidades e obrigou muitos dos seus filhos mais jovens e qualificados a partir em busca de trabalho, tem agora novas oportunidades de desenvolvimento. A nova centralidade, conseguida no quadro da construção europeia, coloca Bragança como a capital de Distrito geograficamente mais próxima do norte e centro da Europa (...). Contudo, as deficientes condições de acessibilidades, que sempre colaboraram no isolamento deste Distrito, ainda se apresentam como um entrave no que concerne ao futuro desenvolvimento do mesmo. A construção do IP2, como base de estruturação regional e de promoção das ligações inter-municipais e com o exterior, ainda é uma realidade adiada”.

Globalmente, o inquérito à percepção das populações residentes sobre os efeitos dos Quadros Comunitários de Apoio, no Distrito de Bragança, permitiu-nos as seguintes conclusões:

- a existência de uma consciência das diferenças de desenvolvimento que se registam entre o litoral e o interior, e mais especificamente o interior norte;
- o convencimento entre os inquiridos de que existiu uma desigual distribuição dos Fundos Comunitários a nível nacional, o que foi tido como factor de agravamento dos desequilíbrios de desenvolvimento existentes;
- apesar dos inquiridos terem reconhecido a verificação de efeitos positivos decorrentes da execução dos Quadros Comunitários de Apoio, para os mesmos, isso não foi tido como sinónimo de uma diminuição das assimetrias regionais;
- é a população mais jovem e com maior nível de escolaridade aquela que mais efeitos negativos aponta à execução dos Quadros Comunitários de Apoio;
- para a população mais jovem (< 24 anos), o aspecto mais criticável foi o reduzido investimento em equipamentos sociais e de formação, e o mais positivo foi identificado como sendo o investimento em melhores acessibilidades;
- a população mais idosa (> 55 anos) elegeu como impacto positivo as novas acessibilidades, como impacto negativo a não preservação e divulgação do património cultural e com impacto nulo o associado ao desenvolvimento da actividade económica do Distrito.

Da análise efectuada aos doze concelhos individualmente, concluí-se que:

- a avaliação dos efeitos da execução dos dois QCA a nível concelhio difere de concelho para concelho;
- em todos os concelhos, mais de 50% dos inquiridos são de opinião que a execução dos dois QCA em nada contribuiu para o aproveitamento das potencialidades do seu concelho, para a diversificação do tecido produtivo do concelho, para a requalificação ambiental e para a melhoria da situação a nível do emprego;
- em todos os concelhos, o benefício mais perceptível foi ao nível das acessibilidades;
- foi nos concelhos de Bragança e Mirandela onde foram mais perceptíveis os efeitos da execução dos Quadros Comunitários ao nível urbanístico;
- os investimentos em equipamentos sociais e de formação foram mais perceptíveis nos concelhos de Bragança e Macedo de Cavaleiros.

Noutra dimensão, segundo os inquiridos, em 2001, isto é, após a execução dos dois primeiros Quadros Comunitários de Apoio, os principais estrangulamentos do Distrito de Bragança situam-se no domínio da actividade industrial, da actividade agrícola, ao nível das oportunidades de emprego, na prestação de serviços e na dinâmica do sector comercial (Quadro 1.7.).

Quadro 1.7. – Principais Problemas do Distrito de Bragança, em 2001

Domínios	Sim	
	N	%
Actividade Agrícola	429	13,7
Actividade Comercial	289	9,2
Actividade Industrial	483	15,4
Prestação de Serviços	325	10,4
Nível de Emprego	353	11,3
Recursos Humanos	75	2,4
Desertificação Populacional	277	8,8
Acessibilidades e Transportes	212	6,8
Infra-estruturas Básicas	109	3,5
Equipamentos Sociais e de Formação	240	7,7
Nível Urbanístico	46	1,5
Nível Ambiental	21	0,7
Nível de Qualificação Profissional	195	6,2
Nível de Formação Escolar	27	0,9
Preservação e Divulgação do Património	54	1,7
Total	3135	100,0

No Distrito de Bragança, a actividade industrial permanece extremamente incipiente. Apesar dos investimentos efectuados, nomeadamente, na criação de parques industriais em alguns concelhos do Distrito, deparamo-nos com zonas de acolhimento industrial sem indústrias. Na avaliação efectuada pelos inquiridos, está bem evidente a denúncia da debilidade da estrutura empresarial do seu Distrito, bem como as dificuldades intrínsecas de geração e atracção de novas iniciativas. É este cenário, paradoxalmente, que exige que a actividade agrícola produza mais riqueza para ultrapassar as necessidades que este território enfrenta.

Contudo, a agricultura, único factor de animação do espaço rural do Distrito, evidencia grandes dificuldades de ajustamento às necessidades da concorrência alargada a que o sector está sujeito. O predomínio da pequena agricultura familiar, praticada por uma população envelhecida, não organizada em associações ou cooperativas e com uma fraca relação com o mercado é, entre muitos outros, um factor de entrave ao seu desenvolvimento. Por outro lado, embora o investimento directamente ligado a este sector tenha sido elevado, o sector agrícola não conseguiu retirar benefícios equivalentes ao esforço feito.

Ao nível do emprego, a oferta situa-se basicamente na agricultura, construção civil, comércio e serviços públicos, não sendo o sector industrial criador de grande número de postos de trabalho. Segundo os inquiridos, se não fosse o fenómeno emigração a reduzir a pressão no mercado de trabalho, a maioria dos concelhos do Distrito apresentaria taxas de desemprego “astronómicas”. Contudo, ao se “minimizar” os problemas do mercado de trabalho por via da migração das gerações mais novas, criam-se graves problemas, como a desertificação populacional e a saída da mão-de-obra mais qualificada.

Para os inquiridos, apesar de se terem verificado alguns esforços no sentido de se equipar alguns dos concelhos com determinados equipamentos (como centros de saúde e recintos desportivos nas escolas), a componente dos recursos humanos, que permite o funcionamento desses mesmos equipamentos no sentido de se prestar um serviço, é uma falha constantemente apontada. Por exemplo, relembram-se casos concretos da deslocação regular de doentes para instituições localizadas na capital de Distrito,

deslocações de população estudantil para escolas com maior número de alunos, com as graves consequências que tudo isto acarreta.

A actividade comercial do Distrito, por sua vez, segundo os inquiridos, vive dias difíceis, em especial em alguns concelhos. A abertura de grandes superfícies comerciais, para além de ter contribuído para o enfraquecimento do comércio tradicional, levou a que recursos gerados no Distrito sejam, em grande medida, aplicados fora deste, dado que as sedes sociais dessas estruturas não se localizam aí. Os poucos efeitos positivos resultantes decorrem do aumento da concorrência e a pressão para a modernização do comércio tradicional associada.

Em termos gerais, quando inquiridos sobre se a execução dos dois Quadros Comunitários de Apoio contribuiu para o desenvolvimento do Distrito de Bragança, verifica-se que cerca de 58% responderam afirmativamente. Em matéria de sensibilidade concelhia, realça-se que foi nos concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vinhais que mais de 50% dos inquiridos enunciou opinião positiva, provavelmente em razão da sua vizinhança com a capital de Distrito e com o IP4 (Quadro 1.8.).

Quadro 1.8. – Metas dos QCA

	Sim		Não		NS /NR	
	N	%	N	%	N	%
Desenvolvimento do distrito de Bragança	367	58,7	255	40,6	5	0,7
Diminuição das diferenças de desenvolvimento entre os concelhos do Distrito de Bragança	158	25,2	436	69,5	33	5,3
Diminuição das diferenças de desenvolvimento entre o Distrito de Bragança e os outros Distritos	81	12,9	354	56,5	192	30,6

Apesar de mais de 50% dos inquiridos ter afirmado que o Distrito se desenvolveu, constata-se que 69,5 % afirmou que as diferenças de desenvolvimento existentes entre os concelhos do distrito não diminuiram por via da execução dos QCA. Este último aspecto, aparece sublinhado nos resultados a nível concelhio, com todos os concelhos a apresentarem mais de 50% dos inquiridos com opinião que a execução dos mesmos não contribuiu para diminuição das diferenças de desenvolvimento então existentes (Quadro 1.9.).

Quadro 1.9. – Distribuição por Concelhos da Diminuição das Diferenças de Desenvolvimento entre os Concelhos do Distrito de Bragança

Concelhos		Diminuição das diferenças de desenvolvimento entre os Concelhos do Distrito de Bragança			
		Sim	Não	NS	Total
Alfândega da Fé	N	3	25	2	30
	%	10,0%	83,3%	6,7%	100,0%
Bragança	N	48	79	13	140
	%	34,3	56,4%	9,3%	100,0%
Carrazeda de Ansiães	N	4	27		31
	%	12,9%	87,1%		100,0%
Freixo de espada Á Cinta	N	1	29		30
	%	3,3%	96,7%		100,0%
Macedo de Cavaleiro	N	14	56		70
	%	20,0%	80,0%		100,0%
Miranda do Douro	N	9	18	5	32
	%	28,1%	56,3%	15,6%	100,0%
Mirandela	N	35	68	1	104
	%	33,7%	65,4%	1,0%	100,0%
Mogadouro	N	10	33	2	45
	%	22,2%	73,3%	4,4%	100,0%
Torre de Moncorvo	N	11	24	5	40
	%	27,5%	60,0%	12,5%	100,0%
Vila Flor	N		31	1	32
	%		96,9%	3,1%	100,0%
Vimioso	N	8	19	3	30
	%	26,7%	62,8%	30,0%	100,05
Vinhais	N	15	27	1	43
	%	34,9%	62,8%	2,3%	100,0%
Total	N	158	436	33	627
	%	25,2%	69,5%	5,3%	100,0%

Por último, quando confrontados com o efeito global dos QCA fora do seu Distrito, a capacidade de avaliação dos inquiridos mais uma vez diminuiu. Porém, cerca de 56 % dos inquiridos são de opinião que, na última década e for força da execução dos QCA, as assimetrias de desenvolvimento existentes entre o seu Distrito e os restantes não diminuiram.

8. Conclusão

Sendo verdade que o Distrito de Bragança procura recuperar do seu relativo atraso de desenvolvimento, também é verdade que o seu problema fundamental, o seu insuficiente desenvolvimento, se tem mantido. Segundo a AMTAD (1999: 6), “apesar dos significativos esforços e investimentos realizados na última década, a região de

Trás-os-Montes e Alto Douro continua a apresentar índices de desenvolvimento económico e social claramente abaixo da média nacional e regional (NUT II)”.

É essa também a percepção comum dos residentes inquiridos, de que esta comunicação dá notícia. Em particular, retém-se que, quando questionados sobre os impactos dos dois primeiros Quadros Comunitários de Apoio no Distrito de Bragança, a maioria dos inquiridos entende que aqueles não significaram a diminuição das assimetrias de desenvolvimento entre aquele Distrito e o litoral, nem sequer entre as Unidades Concelhias daquele território.

Em termos sectoriais, essa avaliação negativa exprime-se na ideia existente que os QCA não trouxeram mais diversificação do tecido produtivo, nem mais emprego, nem levaram a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

O contraponto a esta avaliação negativa surge apenas quando se consideram a evolução das acessibilidades e de algumas infra-estruturas e equipamentos sociais. Embora pouco, na percepção das populações residentes no Distrito de Bragança, é entretanto um começo. Isto é, tratou-se de uma evolução necessária para que outros passos possam ser dados.

Referências Bibliográficas

AMTAD (1999) – Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, **Trás-os-Montes e Alto Douro: Diagnóstico Prospectivo e Orientações Estratégicas**, Junho.

DOMINGUES, Álvaro (1997), “Desenvolvimento do Interior”, *in* AAVV, **Perspectivas de Desenvolvimento do Interior: Debates Presidência da República**, INCM, Lisboa.

FERRÃO, João (1997), “Desenvolvimento do Interior”, *in* AAVV, **Perspectivas de Desenvolvimento do Interior: Debates Presidência da República**, INCM, Lisboa.

HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew (2000), **Investigação Por Questionário**, Edições Sílabo, Junho, Lisboa.

Expresso (2001), “*Dossiers Especiais*”, Expresso/Revista, 25 de Agosto.

PESTANA, Maria Nunes e GAGEIRO, João Nunes (1998), **Análise de Dados Para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS**, Edições Sílabo, Lisboa.

RAMOS, Pedro Nogueira (1999), “Medida e Evolução dos Desequilíbrios Regionais em Portugal”, in AAVV , **Regiões e Cidades na União Europeia: Que Futuro?** Volume 2, Actas do VI Encontro Nacional da APDR, Braga.

REIS, Elizabeth e MOREIRA, Raul (1999), **Pesquisa de Mercados**, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.